

INVIABILIDADE DA CONCILIAÇÃO DE ELITES

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 08.05.1984

Uma pergunta está nos lábios de todos os verdadeiros democratas nestes dias. Eles querem saber se, ao sabor das negociações desejadas pelo governo e pelos setores conservadores das classes dominantes e da oposição, não se desenha uma nova conciliação de elites. Eles querem saber se, afinal, não se chegará a uma fórmula que garanta o poder das elites contra o povo.

Chamo de “democratas verdadeiros” os democratas que não vêem na democracia uma mera fórmula jurídica de garantia de liberdades. Que entendem que a democracia só é verdadeira quando alia o conceito de liberdade ao de igualdade. Que entendem a igualdade entre os homens, entre as classes e entre as raças como sendo intrínseca, só não se realizando na prática em função das diferenças de oportunidade de educação, poder e riqueza. E que repudiam, portanto, os conceitos de elite natural e de rotação das elites.

A preocupação desses democratas com uma nova conciliação de elites é fundada. Afinal, as grandes crises políticas no Brasil sempre foram resolvidas através de um acordo ao nível das classes dominantes. Em certos momentos, como na proclamação da República ou na Revolução de 1930, e ao contrário do que ocorreu em 1964, houve mudança do “sócio maior” na expressão de Ignácio Rangel do bloco de poder. Mas sempre o poder ficou firmemente encastelado nas mãos de uma elite.

Hoje, entretanto, a tradicional conciliação de elites não é mais possível no Brasil.

Em meados de 1983 escrevi um artigo (“Os limites da ‘abertura’ e a sociedade civil” publicado em Revista de Administração de Empresas, outubro 1983), em que procurei mostrar que a negociação desejada pelas classes dominantes não poderia resultar na

clássica conciliação de elites, porque houve nos últimos anos no Brasil um amplo processo de ampliação e portanto democratização da sociedade civil.

A sociedade civil, onde se situa o verdadeiro poder político em um país, deixou de ser constituída exclusivamente pela alta burguesia, apoiada na pequena burguesia e na tecnoburocracia militar conservadora. Houve uma explosão da classe média no Brasil, não apenas burguesia, mas também tecnoburocrática. Por outro lado os trabalhadores organizaram-se e ganharam poder político ao nível dos sindicatos e dos partidos.

Em ampliação e democratização da sociedade civil já tornava difícil senão inviável a pura e simples conciliação das elites. A histórica campanha cívica pelas eleições diretas deu uma nova dimensão a essa ampliação da sociedade civil porque trouxe um outro ator para o palco político: o povo o conjunto de cidadãos iguais perante a lei. Nesse momento o povo ganhou maioria, identificou-se com a sociedade civil e abriu um novo capítulo para a história política do Brasil.

Isto não significa, obviamente, que o Brasil deixou de ser uma sociedade de classes nem que os militares perderam todo poder de veto, mas significa que as classes médias e os trabalhadores já não podem ser mais desconsiderados em qualquer acordo político no Brasil.

Ora, o povo e a sociedade civil desejam maciçamente eleições diretas já. Por isso está certo Ulysses Guimarães quando afirma que este ponto não é negociável. Por isso faz sentido a afirmação de Carlos Castelo Branco em artigo recente, quando afirma que “a decisão, afinal, estará entre os que traçam os limites - o povo, que já se manifestou, e as Forças Armadas, que reduzem ou ampliam a mobilidade do Palácio do Planalto”. Há três meses atrás o notável analista político provavelmente não teria atribuído ao povo papel político dessa importância.(08/05)